

Sem mudanças, dívida pública vai chegar a Cr\$ 500 bilhões

O presidente do Banco Central, Carlos Brandão, admitiu ontem que a dívida pública interna deverá chegar a Cr\$ 500 bilhões, no final do ano, com expansão de 40% sobre o saldo de dezembro de 1978 (Cr\$ 357,85 bilhões). Se isso ocorrer, o crescimento estimado da dívida pública vai superar os 35% previstos para a inflação e a taxa de 30% para os meios de pagamento (moeda em poder do público, mais depósitos a vista nos bancos comerciais e no Banco do Brasil).

Brandão disse, como informa a Agência Estado, que, este ano, ainda será necessária a colocação líquida de títulos do Tesouro — acima do volume exigido para o giro da dívida — para ajustar a execução da política monetária. Mas a expansão será menor que a de 1978, quando atingiu 48,8%.

A partir de 1981, conforme as diretrizes traçadas pelo ministro Mário Henrique Simonsen, do Planejamento, toda a dívida pública será transferida do orçamento monetário para as contas da União. Com a medida, o presidente do Banco Central voltou a afirmar que os títulos federais deixarão de pressionar o mercado e, em consequência, as taxas de juros.

DEFICIT

Os cálculos de Brandão indicam que a incorporação dos encargos da dívida pública e dos subsídios para o trigo, açúcar, cobertura dos

prejuízos dos estoques reguladores e da política de preços mínimos vão representar acréscimo de Cr\$ 40/50 bilhões nas despesas do Tesouro. Para evitar excessivo déficit orçamentário, considerou suficiente a disposição do ministro do Planejamento de cortar os investimentos públicos, até que a inflação caia para a casa dos 20%, acompanhada da decisão de não iniciar qualquer obra "com recursos a definir".

Sem os recursos da colocação líquida dos títulos da União, o orçamento monetário vai contar em seu passivo (origem dos recursos)

apenas com a disponibilidade própria do Banco Central e do Banco do Brasil, o pouco volume de depósitos a prazo do Banco do Brasil — estimado no saldo de Cr\$ 1,560 bilhão —, o recolhimento compulsório sobre turismo externo e importações e, também, os recursos da conta café.

Para Brandão, a transferência da dívida pública aos subsídios para o orçamento da União só tenderá a simplificar a execução e o controle do orçamento monetário. "A partir de 1981", disse, "a dívida e os subsídios deixarão de exercer a forte pressão atual sobre a base monetária."